

Estado da publicação: O preprint não foi submetido para publicação

A SOBREPOSIÇÃO DE SENTIDO DA (DES)INFORMAÇÃO NA ESTRUTURA DE PODER

Verônica Gonçalves

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.11166>

Submetido em: 2025-01-27

Postado em: 2025-01-29 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

A sobreposição de sentido da (des)informação na estrutura de poder

Verônica Thereza Gonçalves

Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, SP, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-4738-1560>

RESUMO

Através da comunicação, trocamos e produzimos informações, o que possibilita a evolução tecnológica. Sendo as informações vinculadas ao conhecimento, que é uma forma de poder, a disputa discursiva é pela dominação, e não pelo reconhecimento. Dessa forma, considerando os grupos de direita, originados no universo virtual que se difundiram como subculturas online, torna-se possível argumentar sobre a distinção entre o poder comunicativo e administrativo habermasiano. Nesse contexto, a internet, que é uma plataforma singular para a construção social da autonomia, também pode favorecer deterioração da democracia.

Palavras-chave:

Democracia; Fake news; Internet; Movimento Social; Teoria crítica.

The overlapping meaning of (dis)information in the power structure

Verônica Thereza Gonçalves

Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, SP, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-4738-1560>

ABSTRACT

Through communication, we exchange and produce information, which makes technological evolution possible. Since information is linked to knowledge, which is a form of power, the discursive dispute is for domination, not recognition. In this way, considering the right-wing groups that originated in the virtual universe and spread as online subcultures, it becomes possible to argue about the distinction between Habermasian communicative and administrative power. In this context, the internet, which is a unique platform for the social construction of autonomy, can also promote the deterioration of democracy.

Keywords:

Democracy; Fake news; Internet; Social movement; Critical theory.

A comunicação move a sociedade. Através dela, trocamos e produzimos informações, ampliamos o conhecimento, o que torna possível a evolução tecnológica, que é aplicada também para o aprimoramento da própria comunicação. Com esses avanços científicos, o tempo e o espaço foram modificados, visto que uma informação pode chegar de forma quase imediata a qualquer indivíduo que estiver conectado a uma rede de comunicação, como a internet.

A produção de informação, em muitos momentos, pode ser vinculada ao conhecimento, porém, na atualidade, o volume de informações é tão elevado que nos escapa. Não somente pela nossa incapacidade mental de acompanhar o fluxo dessas informações, mas também pelos ruídos, que torna mais difícil distinguir o que tem qualidade e o que é prioritário. É quase impossível sintonizar uma frequência perfeita, pois a todo momento, propagandas, sons, memes e mensagens, surgem na tela. Tudo é feito para distrair e convencer, uma fábrica e oferta de desejos, que movem afetos. Esse discurso é localizado em um determinado tempo e espaço. A sociedade acolhe esses discursos, formando seu regime de verdade:

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua 'política geral' de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 1979, p. 12)

Todas essas informações, quando chegam ao indivíduo, ainda precisam ser interpretadas. Se levarmos em consideração que em 2018, segundo dados do INAF¹, cerca de 30%² da população brasileira de 15 a 64 anos, era considerada analfabeta funcional e que somente 12% é proficiente, essa ação fica muito comprometida.

Associando esses dados ao acesso à celulares e internet por aproximadamente 79% da população com mais de 10 anos de idade³, a situação torna-se um pouco mais complexa, se o acesso é somente à uma parte da informação. Em 2015, as operadoras de telefonia liberaram a franquia de dados para o acesso às redes sociais — Facebook®, Twitter (atual X), WhatsApp e Instagram — porém, caso o usuário queira pesquisar ou confirmar a informação recebida, ele tem que pagar pelo uso de dados, o que faz com que boa parte dos

¹ Indicador de Alfabetismo Funcional (<https://alfabetismofuncional.org.br/>)

² Considerando a soma de 8% de analfabetos (indivíduos que não conseguem realizar tarefas simples que envolvem a leitura de palavras e frases) e 22% de pessoas com alfabetismo rudimentar (capazes de localizar informações explícitas, expressas de forma literal, em textos compostos essencialmente de sentenças ou palavras que exploram situações familiares do cotidiano).

³ Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Acesso à internet por 161,6 milhões de brasileiros com mais de 10 anos e de 160,4 ao celular, considerando a uma população de 203 milhões.

indivíduos, leia somente uma manchete de jornal, ou confie em uma informação que recebeu de uma fonte que ele julga ser confiável, como um amigo ou pessoa pública.

Assim, a forma como a comunicação ocorre nas redes, proporciona o encontro de indivíduos com similaridade de pensamento e esse pode ser um local de debate político em busca de direitos, funcionando como associações livres.

Tais associações são especializadas em elaborar e difundir convicções práticas, ou seja, em descobrir temas relevantes para toda a sociedade, contribuir com possíveis soluções de problemas, interpretar valores, produzir bons argumentos e desvalorizar outros. Elas só podem produzir efeitos de maneira indireta, a saber, alterando os parâmetros da formação constituída da vontade por meio de uma ampla mudança de valores e atitude. Que tais reflexões não perderam completamente o contato com a realidade social se vê pela crescente relevância que as mudanças de opinião, intransparentes em termos de cultura política, têm para o comportamento eleitoral da população. (HABERMAS, 2020, P. 647)

A partir do encontro virtual, esses grupos ganharam forças. Construíram seus símbolos, formaram suas identidades, sua realidade social, atribuindo sentido aos objetos e moldando suas ações em relação a eles. O sentido atribuído pelos indivíduos aos objetos sociais é motivado por inúmeros fatores, como classe social, gênero, raça, religião, cultura. Porém, o laço que conecta esses indivíduos através do compartilhamento específico de um sentido, pode se dar por exemplo, em relação à sua visão sobre gênero e não sobre classe social, portanto, as lutas podem se tornar fragmentadas, já que determinadas divergências, nem sempre são negociáveis.

Conflitos em torno de recursos, prestígio e poder são o eixo da vida coletiva, por isso, duríssimos de negociar. Sobretudo quando se trata de definir o básico, os modos de viver em sociedade. A compreensão sobre como reger a conduta, quais crenças, identidades e estilos de vida são aceitáveis aparta decisivamente. Grupos se afastam de posições que julgam intoleráveis e se insulam por similaridade em comunidades morais autônomas, com seus próprios princípios de bom, belo, certo. O consenso, no limite, vige dentro desses nichos, sem abranger toda a coletividade. Distintas comunidades morais convivem, competem e guerreiam dentro da mesma sociedade. Entre elas há dissenso moral, uma distância simbólica e valorativa e uma competição em torno de quais devem ser os princípios dominantes no ordenamento da vida coletiva. (ALONSO, 2023, p. 29-30)

Considerando os grupos de direita, originados no universo virtual que se difundiram, primeiramente, como “subculturas online” (STEFANONI, 2022, p. 19), com o compartilhamento de suas próprias verdades sobre o politicamente correto, e que, posteriormente, convencidos de sua força, organizaram-se e foram às ruas manifestar, formando um movimento híbrido de ocupação, que obrigou as instituições a ouvirem suas demandas. Assim, formaram um contrapoder, que Castells (2017) define como sendo “a capacidade de os atores sociais desafiarem o poder embutido nas instituições da sociedade com o objetivo de reivindicar a representação de seus próprios valores e interesses.” (p. 16)

Uma característica que se torna fundamental para os movimentos sociais de direita é a horizontalidade, que cria o companheirismo, pois “favorece a cooperação e a solidariedade, ao mesmo tempo que reduz a necessidade de liderança formal”, pois juntos, eles “superam o medo e descobrem a esperança” (*idem*, p.125)

Assim, é possível notar que, os movimentos sociais da direita, seguem um modelo liberal de esfera pública, pois eles suspendem as diferenças “como se fossem pares do ponto de vista social e econômico” (FRASER, 2022, p.104), em prol de um ideal maior, mesmo que este seja genérico, como a luta pela liberdade de expressão e pelo “Estado Democrático de Direito”. A disputa, na verdade, é relacionada ao estado de bem-estar social, sendo as reformas realizadas pelos governos Lula I e II, a força motriz para esse movimento.

Dissensos morais existem sem luta política direta, mas quando ações estatais afetam ou ameaçam crenças, estilos de vida e formas de ação consideradas inegociáveis por uma comunidade moral, seus membros tendem a se organizar politicamente para reagir. Abre-se uma zona de conflito. Conforme o tema, cada zona de conflito ganha uma circunferência de atores mobilizados, com apoiadores e contrários à mudança de direção que o Estado ensaia dar à sociedade. (ALONSO, 2023, p. 29-30)

Na relação da comunicação com os movimentos de direita, é necessário levar em consideração a disseminação de *fake news*, que incluem relatos falsos de eventos; distorção de fatos; imagens descontextualizadas; *deepfake*⁴. Elas podem ser utilizadas de forma intencional, o que demonstra uma manipulação da informação, movida por interesses privados, sendo até mesmo uma ameaça à democracia, o que pode ser exemplificado com o possível impacto nas eleições de 2016 nos Estados Unidos⁵. Dessa maneira, se as informações estão vinculadas ao conhecimento, que é uma forma de poder, a disputa discursiva é pela dominação, e não pelo reconhecimento.

Os integrantes dos movimentos sociais de direita veem a si mesmos em uma luta por reconhecimento, pois o discurso que os envolve reforça as convicções de serem preteridos na realização das políticas públicas, portanto, eles são o contrapúblico, ao mesmo tempo em que são o público — um contrapúblico institucionalizado —, um contrapoder que está ao lado do poder, pois contribuem para a manutenção da estrutura tal como ela é. Entra em disputa o sentido do que é uma democracia e os ideais de liberdade e igualdade, acabam por aprofundar a desigualdade social.

Em Facticidade e Validade, Habermas cita que universalização dos direitos civis pelo Estado social, objetivo do reformismo e liberalismo de esquerda, não realiza a autonomia caso passe por cima da pluralidade. Nesse sentido, o reformismo se distancia da democracia

⁴ um vídeo de uma pessoa em que sua aparência foi alterada digitalmente para que se pareça com outra pessoa (<https://www.oxfordlearnersdictionaries.com/definition/english/deepfake?q=deepfake>)

⁵ <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/12/1839864-epidemia-de-noticias-falsas-ameaca-democracia-nos-eua-diz-hillary.shtml>

diante desse processo de burocratização. Para o autor “o reverso de um Estado social razoavelmente bem-sucedido é aquela democracia de massas que assumiu os traços de um processo de legitimação administrativamente controlado” (p. 641), assim o poder administrativo não produz forma de vida emancipada, ele é um limitador da democracia. Para o autor, uma forma de assegurar a autonomia é através de espaços não organizados — as associações livres —, pois se são organizados, não são livres e o poder deve ser exercido da periferia para o centro.

Portanto, o poder comunicativo tem mais força do que o poder administrativo em um processo de luta por reconhecimento, mas na atualidade, a própria comunicação é utilizada de forma a inibir a autonomia, já que a esfera pública dos movimentos sociais de direita não fazem uma mediação entre o mundo da vida e o sistema, eles querem impor seus valores privados sobre a esfera pública, em detrimento de todas as demais esferas públicas. E mesmo que seja uma associação livre, o poder acaba por não ser exercido da periferia para o centro, é uma luta, a princípio, dentro da própria periferia.

A sociedade é plena de conflitos. O contrapúblico de direita, considera a esquerda o público, sem levar em consideração a fragmentação desse grupo. Para a direita, há uma dicotomia de poderes, todavia, a esquerda é extremamente fragmentada⁶, formada por inúmeros contrapúblicos, sendo que esses contrapúblicos não são somente em relação a uma direita uníssona, mas também são contrapúblicos ou públicos, a depender do caso, uns em relação aos outros. Vivemos uma sobreposição de estados quânticos, um paradoxo tal como o demonstrado por Schrödinger e seu gato.

O poder comunicativo e administrativo são distintos, sendo que o primeiro pode influenciar o sistema político à racionalização administrativa que determina as decisões, possibilitando uma forma de vida emancipada. Contudo, no contexto atual, a comunicação age sobre o sistema administrativo de forma que ele retroceda em relação aos direitos conquistados por parte dos cidadãos.

A teoria das redes catalíticas de Padgett e Powell (2012), pode auxiliar na compreensão dos movimentos sociais. A autocatálise é uma reação química catalisada pelos próprios produtos químicos participantes da reação. O ingrediente não participante da reação é o que acelera a produção dos produtos, ou seja, quando da ruptura do sistema, os atores que não participam da reação são os catalisadores, aumentando a energia cinética, de forma que acelere o processo de novos produtos. Não há um simples desaparecimento do sistema, há uma nova função, ou seja, há somente uma mudança, a emergência de novas possibilidades, *novas formas de vida*, porém em uma análise mais restrita, é somente uma

⁶ A direita também é fragmentada, porém como argumentado anteriormente, eles suspendem as diferenças internas do grupo em suas manifestações

nova combinação de todas as informações que já existem, ou seja, não é de fato o novo, mas uma complexificação das estruturas sociais.

Nesse sentido, Nikolas Rose (2013), argumenta que apesar de não haver uma mudança radical no presente em relação ao momento anterior, “pode, apesar disso, ser um momento dentro do processo no qual o novo está tomando forma”. É algo novo, que provém do entrelaçamento de formas de “pensar e de agir em uma série de práticas — médicas, legais, econômicas, políticas, éticas —, mesmo não sendo postuladas por nenhuma delas. Algo cujas características podem ser identificáveis, mas cuja produtividade não pode ser prevista”. (p.121)

Os direitos conquistados através das reformas, não modificam de fato as formas de vida, já que elas auxiliam na manutenção das estruturas de poder, pois não há uma mudança real da sociedade. As reformas atuam diminuindo a entropia da sociedade, sem solucionar de fato a origem da desigualdade. E são as próprias reformas que rompem o sistema e reagrupa-os de forma distinta da anterior, deixando indivíduos fora desse novo sistema, o que estimulará uma ruptura, possibilitando “novas” formas de vida, ciclicamente.

Em uma sociedade em rede, não é só a autonomia dos indivíduos que está em jogo, mas a autonomia das próprias instituições. Segundo Castells (2017), os movimentos sociais de direita são “voltados para a mudança dos valores da sociedade” (p. 127), em uma disputa pelos princípios que devem ser os dominantes na sociedade, o que influencia as instituições, o que deixa explícito a falta de neutralidade em relação à justiça.

Para Habermas, é o Direito que garante a autonomia política, pois ele oferece a condição para a institucionalização jurídica, já que somente ele pode comunicar e agir, ou seja, unificar a razão prática e a vontade soberana, direitos humanos e democracia. Segundo o autor, o Direito é o instrumento que pode defender a autonomia privada (paradigma liberal), bem como garantir o desenvolvimento da autonomia pública (paradigma do estado de direito). Porém, se a justiça não é neutra, e reforça as diferenciações de grupo em relação à estrutura dominante, mais uma vez, o sistema se impõe sobre o mundo da vida e nesse processo de mudança ou estagnação social, há uma transformação cultural da sociedade.

Rahel Jaeggi (2018), realiza uma crítica a esse modelo habermasiano que antagoniza “sistema” e “mundo da vida”, onde a economia capitalista e o mundo da vida estão separados, sendo que a primeira pertence ao sistema e assim, as esferas cultural, social e pessoal, estariam protegidas “contra a contaminação pela esfera econômica”. (p. 518)

A autora argumenta que práticas sociais conectadas com outras práticas sociais — formadas por práticas econômicas e não econômicas — são indissociáveis no sentido analítico, pois não é possível afirmar quais são dependentes umas das outras, visto que o processo é dinâmico, já que as práticas que formam esse conjunto podem se conectar de

formas diferentes, a fim de alcançar os mesmos resultados, em uma forma de vida que se materializa em instrumentos e estruturas, que por sua vez nos levam a agir.

Para Jaeggi, devemos repensar o capitalismo enquanto ordem social *irracional*, pois dentro desse processo altamente mutável há uma lógica, “baseada em normas, combinadas em instituições e embutidas no contexto prático mais amplo de uma forma de vida — ainda que possam revelar-se “práticas fracassadas”, de certo ponto de vista.” (p. 519) Nesse sentido, se a economia capitalista é parte de um contexto mais amplo de uma forma de vida, caso uma crise ocorra, torna-se complexo analisar o que está de fato fora de funcionamento.

Há uma reação em cadeia que se retroalimenta, portanto, para que diferentes ordens sociais tenham lugar, deve-se debater a “neutralidade” ética da economia capitalista e quais as práticas devem ser avaliadas, caso isso seja possível, ou o próprio capitalismo dará lugar à outra ordem social, por conta de sua ameaça à “todas as formas de vida através de sua preeminência”. (p. 518)

Se há, hoje, uma tentativa de enfrentamento de forma a modificar a ordem social, não é possível autonomia, pois as práticas econômicas permeiam todas as ações. Portanto, quaisquer políticas realizadas, somente remodelam as ações e práticas sociais, mantendo as formas de vida e a ordem social, ou seja, não parece haver de fato uma dicotomia entre emancipação e dominação.

É possível notar que até mesmo a circulação de informações na internet, também está vinculada às práticas econômicas. Influenciadores monetizam *fake news*⁷, instigando os ouvintes, alimentando as animosidades e convencendo-os a tomar um posicionamento.

Nem sempre há de fato uma crise estrutural ou uma ameaça de crise, mas como não há uma análise crítica dos dados recebidos, isso é o suficiente para que os movimentos sociais de direita saiam às ruas, como por exemplo, nas manifestações de setembro de 2021, em apoio ao presidente Jair Messias Bolsonaro. Nesse ciclo de protestos, houve uma paralização dos caminhoneiros, que chegaram a comemorar um estado de sítio que não foi decretado⁸.

Para os participantes dessas manifestações, havia falhas nas instituições, principalmente no Congresso e Supremo Tribunal Federal, o que fez com que eles, procurassem se manifestar de forma a forçar uma mudança que transformasse as relações de poder.

Quando as sociedades falham na administração de suas crises estruturais pelas instituições existentes, a mudança só pode ocorrer fora do sistema, mediante a transformação das relações de poder, que começa na mente das pessoas e se desenvolve em forma de redes construídas pelos projetos dos

⁷ <https://www.cartacapital.com.br/politica/onze-canais-bolsonaristas-lucraram-r-10-milhoes-com-propagacao-de-fake-news/>

⁸ <https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/bolsonaro-declarou-estado-de-sitio/>

novos atores que constituem a si mesmos como sujeitos da nova história em processo. (CASTELLS, 2017, p. 127)

Fica claro, portanto, que os movimentos sociais não são originados somente pelas diferenças sociais e políticas. Eles também são movidos pelos afetos e, segundo Castells, “projetam uma nova utopia de democracia em rede baseada em comunidades locais e virtuais de interação”. Para o autor, esses movimentos sociais propõem “uma utopia do sujeito em relação às instituições da sociedade”. (*idem*, p. 127)

Na ilusória disputa entre emancipação e dominação, a conquista por direitos é mínima. Até mesmo líderes políticos que reconhecem a desigualdade social, evitam se manifestar sobre determinados temas, sob o risco de serem vistos como radicais. O próprio sentido do que é o radicalismo é disputado, pois ele varia de acordo com a perspectiva dos atores sociais, à luz de suas crenças.

Sem uma reestruturação educacional, e uma interferência administrativa que regule de forma adequada as informações propagadas na internet, de forma a inibir a disseminação de *fake news*, e de transformar esse universo que hoje é parcialmente descolado das leis, e portanto, da justiça, não há possibilidade de ampliar os debates em prol de uma sociedade que trate seus cidadãos como iguais.

A internet, que é uma plataforma singular para a construção social da autonomia, também pode favorecer deterioração da democracia. Essa situação tende a piorar com o uso das inteligências artificiais e os algoritmos que direcionam determinados conteúdos para cada perfil de usuário. Conteúdos rasos e que captam o olhar dos indivíduos, compartilhados em redes sociais, tem o potencial de alterar ou interferir na política de forma cada vez mais veloz, como no caso recente das eleições francesas⁹.

A reflexão envolve, todas as perspectivas, micro, meso e macro escalas, mas nada será alcançado se a comunicação não atingir, de forma adequada as pessoas, para que possamos inverter as estruturas de poder.

⁹ Législatives : comment les politiques utilisent les réseaux sociaux pour influencer les jeunes qui s’apprêtent à voter (<https://france3-regions.francetvinfo.fr/occitanie/herault/montpellier/legislatives-comment-les-politiques-utilisent-les-reseaux-sociaux-pour-influencer-les-jeunes-qui-s-appretent-a-voter-2989682.html>)

BIBLIOGRAFIA

ALONSO, Angela. **Treze**: A política de rua de Lula a Dilma. 1. ed. [S. l.]: Companhia das Letras, 2023. E-book (352 p.).

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. (2014), **A construção social da realidade: Tratado de sociologia do conhecimento**. 36ed. Petrópolis, Vozes.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: Movimentos sociais na era da internet. 2. ed. [S. l.]: Zahar, 2017. E-book (290 p.).

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 8. ed. [S. l.]: Forense Universitária, 2012. E-book (186 p.).

FRASER, Nancy. **Justiça interrompida**: Reflexões críticas sobre a condição “pós-socialista”. São Paulo: Boitempo, 2022.

HABERMAS, Jürgen. **Facticidade e validade**: Contribuições para uma teoria discursiva do direito e da democracia. 1. ed. São Paulo: Unesp, 2020.

JAEGGI, Rahel. “Um conceito amplo de economia” *In.*: Dossiê: Reconhecimento e economia política. Civitas, v18, n3, pps.: 503-522. Porto Alegre, 2018.

MELO, Rúrion. **Marx e Habermas**: Teoria crítica e os sentidos da emancipação. 1. ed. [S. l.]: Saraiva, 2013.

PADGETT, John R.; POWELL, Walter W. **The emergence of organizations and markets**. [S. l.]: Princeton University Press, 2012

Rose, Nikolas. **A política da própria vida**. São Paulo: Paulus, 2013

STEFANONI, Pablo. **A rebeldia tornou-se de direita?**. 1. ed. [S. l.]: Editora Unicamp, 2022.

WARNER, M. “Públicos e contrapúblicos (versão abreviada)”. *Periódico permanente*, 06, 2016.

Declaração de conflito de interesse

A autora declara que não há conflito de interesse.

Declaração de disponibilidade de dados da pesquisa

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.